



A quem nos vai ler, diremos que este nosso estudo é um divertimento, no duplo sentido que tem a palavra, derivada do latim *divertere*: afastamento, desvio (sentido original), mas também entretenimento, folga, recreio.

Temos dedicado a nossa investigação à arqueologia romana de Portugal. E agora, retomando interesses antigos, desviámo-nos para o exame de como e quando foram surgindo, na Alta Idade Média, as *villas* da região de Coimbra. Por esse desvio, é cabido o nome de divertimento; mas porque nos deu prazer o trabalho que fizemos, também nesse outro sentido se justifica que falemos da nossa diversão.

Nos documentos da Reconquista, a palavra *villa* tanto se aplicava à aldeia como à herdade. O termo *hereditas* (donde derivou o nosso nome “herdade”, no sentido de prédio rústico de consideráveis dimensões) significava mais comumente o todo dos bens imóveis que alguém tinha recebido, por herança, dos seus maiores. O duplo e equívoco sentido de *villa* nem sempre permite, quando lemos os documentos medievais mais antigos, entender se se trata de aldeia ou herdade. Procurámos, porém, identificar as aldeias e saber quando foram instaladas ou, melhor, desde quando se acham declaradas — pois os documentos, na maior parte dos casos, só nos permitem dizer que, na data dos diplomas, esta ou aquela aldeia já existia, mantendo-se duvidosa a cronologia da sua instalação, que pode ter sido feita mais antigamente. Procurámos ainda investigar se as aldeias eram de pequenos proprietários livres, donos de suas terras, ou tinham, como senhorio, a Sé de Coimbra, alguma instituição monástica (mosteiros de Lorvão, Vacariça, Santa Cruz ou S. Jorge), algum nobre ou o rei. Quanto às herdades, tentámos, na medida do possível, identificar-lhes os limites e os proprietários.

Diremos, do nosso estudo, que se trata de uma corografia — pois demos, aos lugares, mais importância que aos homens. Destes últimos, é certo, também falamos, mas sem a preocupação de sistematicamente investigarmos quem foram, em que árvores genealógicas se inseriam, que relações tiveram com o poder condal e, depois, o régio (ou com os grandes institutos religiosos), que funções exerceram ou de que terras (em muitos casos, dispersas) foram senhores e proprietários. A corografia mereceu-nos, pois, mais atenção que a prosopografia.

Uma corografia tem de ter os seus limites territoriais, isto é, tem de definir onde termina a *chora* que se pretende analisar. O título desta nossa pequena obra é claro: pretendemos examinar o território do qual a cidade de Coimbra constituía o pólo centralizador. Mas é muito menos claro quais eram os limites do *territorium Colimbriense*, que não foi nunca definido por diploma condal ou régio. Respigando os documentos, verificamos que se situavam *in territorio Colimbrie* ou *in territorio Colimbriensi*, Vacariça, Penacova, Cernache e *Alemedi* (no sítio da actual vila de Buarcos) (L.P., n.ºs 93, 59, 47 e L.D.J.T., fls. 136-137, entre outros).

Foram estes os limites geográficos que demos ao nosso estudo, ignorando deliberadamente que o castro Marnel, nas margens do Vouga, o *mons Alcoba* ou serra do Caramulo, o rio Caima e a área de Alvorge também são, em alguns documentos (L.P., n.ºs 52, 51 e 39 e L.S., n.º 9), declarados *in territorio Colimbriense*.

Não podemos deixar de reconhecer que os limites por nós adoptados são, perante estes últimos documentos, discutíveis. O nosso subtítulo, “lugares velhos do Mondego”, poderá ser uma justificação, pois nem Vouga ou Caima se integra na bacia hidrográfica do Mondego nem o *Mons Alcoba* cabe facilmente na área de Coimbra. Mas também Vacariça, que incluímos, não fica na bacia do Mondego, mas nas vizinhanças do Cértima, que corre para o Vouga — apesar de o documento n.º 93 do L.P. declarar a *villa Vaccariza subtus alpe mons Buzacco, secus amnem Mondeci, territorio colimbriense*.

Poderíamos ainda argumentar que o nosso território coincide sensivelmente com o da *civitas* romana de *Aeminium*, que herdou o nome da romana *Conimbriga*. Mas também aqui se nos poderia contrapor que Cernache ficava provavelmente no território de *Conimbriga* e não no de *Aeminium*.

Reconhecemos, pois, quão discutível é a nossa *chora* colimbriense e quanto o artifício se agrava com a decisão, que tomámos, de examinar sistematicamente a área coberta por um certo número de folhas da Carta Militar de Portugal, na escala 1:25 000 — se bem que essa área cartografada coincida sensivelmente com os pontos limdeiros de Buarcos, Vacariça, Penacova e Cernache.

Sem cuidarmos de manejar mais argumentos contra quem poderá criticar-nos pela artificialidade dos limites do território examinado — e até porque duvidamos da possibilidade de alguém conseguir definir umas fronteiras indisputáveis para o *territorium Colimbriense* — justificaremos agora o âmbito cronológico do nosso estudo, que vai da época proto-histórica até aos fins do século XII.

Não há tempo que não tenha tido antigamente. Pareceu-nos, porém, que o povoamento pré-histórico não ajudaria a entender a configuração do povoamento actual. Tratando da ocupação romana, não só cedemos ao (legítimo) desejo de publicar o que se conhece dessa época, como contribuiremos para esclarecer em que medida se encontram (ou não encontram), nesse passado, as origens da ocupação medieval.

O nosso estudo, cronologicamente, vai até aos fins do século XII. A baliza não corresponde a nenhuma data significativa na história do povoamento da região de Coimbra. Só tem justificação pelo facto de, a partir dessa data, a maior parte da documentação se encontrar inédita. Até 1123, a documentação acha-se sistemática e integralmente publicada. Alguns cartulários editados (*Livro Preto da Sé de Coimbra* e *Livro Santo de Santa Cruz*) contêm muita documentação até finais do século XII. Um cartulário inédito (*Livro de D. João Teotónio*), mas a cuja transcrição tivemos acesso graças à amabilidade da Doutora Leontina Ventura, que prepara a sua publicação, contém igualmente bom número de documentos até aos finais do século XII. Por outro lado, os documentos dos condes D. Henrique e D. Teresa, os de D. Afonso Henriques e os de D. Sancho I acham-se publicados na íntegra. Assim, embora haja documentos inéditos, respeitantes à área, de 1123 até aos finais do século XII, a documentação utilizada permitiu-nos um estudo suficientemente testemunhado. Ultrapassar os limites do século XII seria avançar num período de raras fontes conhecidas. Permitimo-nos, todavia, citar alguns documentos (mas muito poucos) dos primeiros anos do século XIII quando nos pareceu que teriam interesse para o nosso estudo.

O que, neste nosso trabalho, se reporta aos séculos IX-XII é retirado de documentos e não de vestígios arqueológicos. Afigura-se-nos, porém, que a documentação aqui compendiada será útil a quem pretender começar a investigar (e tal investigação é desejável) a arqueologia medieval da região.

Optámos por fazer o estudo das *villas* folha a folha da Carta Militar de Portugal na escala 1:25 000. Vacariça fica quase no topo setentrional da folha 219. Adoptámos, por isso, como limite setentrional da área, o paralelo mais alto dessa folha. A ocidente, considerámos também a folha 218. Se ignorámos a folha 217, foi por não termos encontrado aqui vestígios de ocupação romana nem medieval até aos fins do século XII. A sul desta fiada, estudámos a área das folhas 229, 230 e 231, neste último caso só até às serras da Atalhada e do Bidoeiro. A razão da exclusão da área da folha 228, que só considerámos na sua franja meridional, de modo a integrar Quiaios, reside igualmente na inexistência de povoamento nessa zona até ao *terminus* cronológico adoptado. Tomando a fiada inferior da Carta Militar de Portugal, considerámos as

folhas 238A, 239, 240, 241 e 242, esta última só até à serra de Sacões. Incluímos, pois, o paralelo de Cernache.

O povoamento romano e medieval, assim analisado folha a folha, constitui uma das partes da nossa obra.

A nossa análise dos lugares teve por objectivo, como dissemos, não só determinar a antiguidade das aldeias e das herdades (e, quanto a estas últimas, e sempre que possível, definir os seus limites), como também registar toda a documentação que se lhes refere e conhecemos. Independentemente de

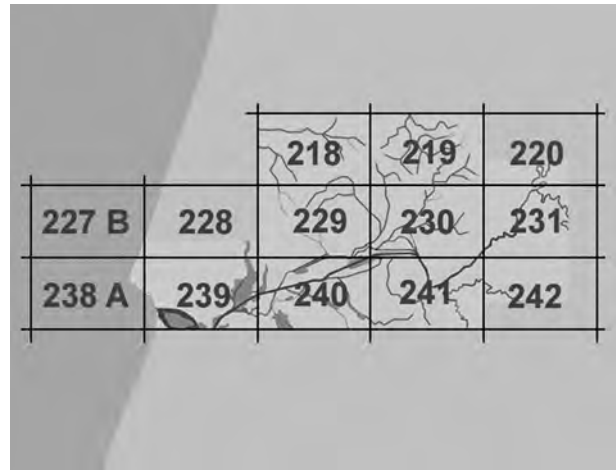
novos documentos que possam vir a ser divulgados, o nosso estudo não pode ser considerado definitivo. O conhecimento directo dos lugares (que deveriam ser calcorreados com atenção a indícios que, na paisagem actual, possam revelar algo do passado) e o exame da fotografia aérea e de plantas cadastrais poderão trazer muita informação adicional. Mas isto terá de ser realizado a outra escala. O nosso trabalho apela, pois, a estudos monográficos focados em áreas mais restritas, que poderão vir a ser objecto de teses de mestrado ou de estudos de investigadores amadores movidos por legítima curiosidade de conhecerem e darem a conhecer, tão profundamente quanto possível, a história de alguns lugares ou de algumas áreas.

A documentação relativa aos lugares foi, muitas vezes, resumida em quadros. Se nem sempre isso foi feito, esperamos não vir a ser acusados de falta de uniforme critério. É que, muitas vezes, os documentos são poucos, ou, noutros casos, contêm informações que se nos afiguram importantes e não passíveis de serem contidas no formato de um quadro (nem nas notas apendiculares de que alguns quadros são providos).

Muito do que fomos dizendo, folha a folha, norteados por um princípio de contiguidade geográfica, pareceu-nos dever ser aproveitado numa síntese histórica que traçasse a evolução do povoamento no território colimbriense. A síntese sucedeu, naturalmente, à análise corográfica; mas porque não se trata de uma conclusão e corresponde antes a uma outra perspectiva, a um ensaiar doutra visão, julgámos mais conveniente apresentá-la no início do que no fim do nosso estudo.

Se a parte corográfica recolheu os dados, a síntese aproveita alguns desses dados num discurso que segue o fio do tempo e não obedece ao formato do espaço. Os lugares, todavia, ficando num espaço, evoluem no tempo; e o discurso histórico, falando do que foi sendo, não pode ignorar o espaço onde os sucessos se deram. A nossa corografia tem, portanto, uma dimensão histórica, enquanto a nossa síntese histórica constantemente refere o espaço. Nem podia ser de outro modo, visto que o objecto do nosso estudo não o constituem factos políticos, económicos ou sociais, mas o “facto” do povoamento.

É tempo de concluirmos esta apresentação. Não por já não sabermos que mais dizer, mas porque nos parece suficiente o que dissemos sobre o modo como projectámos e realizámos este nosso estudo. Prolongar a apresentação por um exame do que deve ser um “estudo de povoamento” não seria, certamente, como cair de novo o muro que, por já estar branco, de caiação não carece, pois o conceito de “estudo do povoamento” não tem essa evidência e indisputabilidade, e os pressupostos teórico-metodológicos de um estudo deste tipo podem ser motivo de muitas discussões e objecto de muitas diferentes opções (e são-no,



de facto, com teorias e métodos que presentemente muito se debatem). Parece-nos, porém, descabido discorrer aqui sobre o que deve ser um “estudo de povoamento”. Deveríamos ver-nos agora vendo o modo como procedemos. O que ficou feito poderia ter sido realizado doutro melhor modo? Não precisamos de ouvir resposta, porque a temos já: poderia. Mas a pergunta que fazemos é outra: É útil o que fizemos para quem, por qualquer motivo, quiser saber a (ou parte da) história do *territorium Colimbriense*? Perdemos-nos com nenhumarias ou erudições, em vez de construirmos um discurso histórico com qualificações e interesse? Os que assim julgarem nos desculpem a estreia neste campo.

## Agradecimentos

---

Agradecemos à Doutora Leontina Ventura a atenção inexcedível com que leu uma primeira versão do nosso texto e as observações numerosas que nos permitiram corrigi-lo e aumentá-lo. São nossos e não seus, os erros e as omissões que possa haver.

À Doutora Maria Alegria Fernandes Marques, ao Doutor Nelson Correia Borges e à Dr.<sup>a</sup> Isabel Pereira agradecemos a leitura dos textos correspondentes às folhas 219, 231 e 239, respectivamente, e as anotações que a eles nos fizeram.

Ao Dr. Carlos Cruz devemos a comunicação de achados arqueológicos recentes na área do concelho de Cantanhede.

Ao Dr. José Luís Madeira e ao Dr. António José Marques da Silva devemos a cartografia; ao Dr. Nuno Canas, a composição do texto, nem sempre fácil a partir de um manuscrito muito emendado.

## Anotações gerais às cartas

---

Como dissemos, o povoamento é analisado, neste nosso trabalho, por áreas correspondentes às folhas da Carta Militar de Portugal. A escala original dessa carta (1:25 000) foi reduzida a 1:100 000.

Para além das estações de época romana (e de algumas da Idade do Ferro), assinalamos as aldeias medievais e certas herdades da mesma época cuja situação e limites nos foi possível definir com um mínimo de verosimilhança.

Para a época romana, distinguimos *villae*, granjas e casais. A distinção entre estes três tipos de prédios rústicos é feita mais adiante (pág. 16). Dado que, em muitos casos, encontramos sérias dificuldades na classificação de estações romanas que nunca foram escavadas, optámos, nas nossas cartas, por um sinal para aqueles sítios que, segura ou muito provavelmente, correspondem a *villae* e para as estações que não sabemos se foram *villae* ou granjas. Um outro sinal indica “outras estações romanas”. Na maior parte dos casos, serão casais. Alguns desses lugares, nos quais, à superfície, apenas foram encontradas tégulas ou fragmentos de cerâmica doméstica comum, poderão todavia corresponder a outros tipos de estações, como, por exemplo, uma ferraria, um forno de cal, etc.

Quanto a núcleos urbanos de época romana, para além da cidade de *Aeminium* (nome de Coimbra nessa época), havia povoados secundários, a que chamamos *vici*. Reservámos um sinal próprio para tais povoados.

No que respeita ao povoamento medieval, as aldeias vão assinaladas com seu símbolo cartográfico. Os círculos que em torno delas traçámos pretendem dar uma ideia da área que os habitantes de uma aldeia explorariam em torno do povoado. A área é apenas aproximada.

Com efeito, não estamos em condições de saber quantos fogos tinham, uma por uma, as aldeias — e os territórios de exploração variariam, evidentemente, com o número de habitantes. Possivelmente, as aldeias eram, todas elas, pequenas, isto é, com 8, 10, 12 ou 15 fogos. Uma consideração mais atenta do número de proprietários documentalmente atestados para certas aldeias (e, para algumas delas, o número de igrejas) talvez nos permitisse fazer ideia aproximada do número de fogos de certas povoações. Resolvemos, porém, dar o mesmo raio a todos os círculos que, nas nossas cartas, envolvem as aldeias, porque pretendemos apenas tornar mais sensível que, nalgumas áreas, os baldios não seriam muitos e noutras, os terrenos incultos ou de ninguém eram muito mais extensos e as manchas agricultadas apenas pontuavam vastas áreas de florestas ou matas. Os nossos círculos correspondem a áreas de cerca de 75 hectares. O arroteamento de apenas 30% desta área (com o restante reservado a pastos e mata) sustentaria 9 fogos.

Assinalamos ainda nas nossas cartas algumas povoações “modernas” (isto é, actualmente existentes mas que não encontramos registadas na documentação até aos finais do século XII). Assim, tornaremos mais fácil a leitura das cartas, por referência a lugares hoje eventualmente mais conhecidos.

Assinalamos também alguns orónimos e corónimos. Estes termos não figuram em todos os dicionários, embora sejam correntes as palavras “orografia” e “corografia”. Por “orónimos” entendemos os nomes de elevações, algumas de certa entidade e merecedoras do nome de “monte” ou “serra”, mas outras tão pequenas que só se lhes ajustam os termos “alto”, “cabeço”, “lomba” ou similares. “Corónimos” são nomes de regiões ou, no outro extremo da escala, nomes de campos, terrenos ou chãos, às vezes de área bem pequena. Na designação genérica de “corónimos” incluímos ainda nomes como Carreira ou Porto, indicadores de uma estrada em outro tempo importante mas hoje reduzida a caminho vicinal; ou nomes como Ferrugenta ou Carvalhal, eventualmente indicadores de uma exploração de minério ou de uma mata há muito tempo desaparecida; ou nomes como Mesura, aparentemente inexplicável mas talvez relacionado com alguma cadastração planificada medieval.

Para além das cartas de pormenor, publicamos duas cartas de síntese. A primeira representa os lugares da Idade do Ferro e da época romana, num quadro geográfico que pretende reconstituir o que seria então a ria do Mondego. O contorno da ria foi elaborado por António José Marques da Silva que, em apêndice, explica os princípios e métodos utilizados.

O segundo mapa de síntese apresenta os lugares da Idade Média, com sinais de diferentes cores, que permitem uma compreensão mais rápida de como as aldeias se foram multiplicando entre o século IX e os finais do século XII. A colmatação da ria, talvez rápida a partir de finais do século XII, é um fenómeno a que todos, geógrafos, geólogos e historiadores, se têm referido. Infelizmente, são muito poucas as sondagens geológicas que têm proporcionado dados para a definição das margens da ria e do rio através dos tempos. Se tais sondagens são o elemento mais seguro para se ir formando ideia da colmatação da ria, a informação histórica é também importante — pois, evidentemente, a posição dos sítios romanos e medievais dos séculos IX a XII indica o que estava emerso: tais sítios haviam de estar acima do nível das águas e até a uma cota de segurança contra eventuais inundações (embora, possivelmente, o fenómeno das cheias só tenha adquirido dimensões consideráveis a partir dos séculos XIII ou XIV).

O nosso mapa da ria deve ser olhado como uma “aproximação”. Pretendemos, com ele, dar uma ideia de como seria diferente a “visão” que teriam, do Mondego, os que habitavam nas suas margens — com as águas correndo muito perto de lugares hoje razoavelmente distantes do rio. Até aos finais do século XII, embarcações de algum calado poderiam subir quase até Coimbra e as comunicações entre muitos lugares seriam bem mais fáceis por água que por terra.